

O papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa

Carmem Luci da Costa Silva*

Resumo

Este estudo trata do papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa, com a retomada da reflexão apresentada por Silva (2009) sobre a constituição de duas alteridades (a do “eu” em relação ao “tu”, outro da alocação, e a do “eu” em relação a “ELE”, *outro* da cultura). Essa dupla alteridade está atrelada ao dispositivo enunciativo “(eu-tu/ele) – ELE” como comportando as pessoas (“eu-tu”), a língua atualizada no discurso para a constituição de referência (“ele”), conjunto trinitário do qual a cultura (“ELE”) é constitutiva. A base de sustentação desse dispositivo relaciona-se às reflexões de Benveniste ([1966]/1995, [1974]/1989) e aos deslocamentos operados por Dufour (2000) e Flores (1999). Do dispositivo, são destacadas as duas alteridades – “eu-tu” e “eu-ELE” – como condições para a criança se instaurar em sua língua materna e nos valores culturais da sociedade dessa língua. Para abordar o termo e a noção, é verificado como a palavra “alteridade”, enquanto forma e sentido, comparece em Benveniste (1989, 1995) e os aspectos da teorização desse linguista que provocam Dufour (2000) a tratar da alteridade em sua reflexão sobre a trindade inscrita na condição humana de falante. Na sequência, o trabalho apresenta o deslocamento realizado por Silva (2009), aprofundando a noção de alteridade na aquisição de língua materna nas emissões e nas escutas entre criança e outro. A conclusão é a de que a alteridade “eu-tu”, ao atualizar a referência no discurso via língua, contém a alteridade “eu-(ele-ELE)”, a língua com os valores da cultura de dada sociedade.

Palavras-chave: alteridade; aquisição de língua materna; enunciação; Émile Benveniste.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras e permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFRGS). Bolsista Produtividade CNPq. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6036-5285>.

The Role of Otherness in Native-Language Acquisition According to an Enunciative Approach

Abstract

This study addresses the role of otherness in native-language acquisition according to an enunciative approach. Silva's (2009) reflection on the establishing of two othernesses (that of the "I" in relation to the "you", the other of speech, and that of the "I" in relation to the "HE", the *other* of culture). This double otherness is linked to the enunciative device "(I-you/he)-HE", which comprises the persons ("I-you"), the language actualized in discourse for the constitution of the reference ("he"), a trinitarian set of which culture ("HE") is constitutive. The basis for this enunciative device relates to reflections by Benveniste (1966]/1995, [1974]/1989) and developments proposed by Dufour (2000) and Flores (1999). The two othernesses – I-you and I-HE – of the device are highlighted as conditions for children to introduce themselves into their native language and the cultural values of the society surrounding this language. To address the term and the notion, we verify how the word "otherness", as form and meaning, appears in Benveniste (1989, 1995) and the aspects of this linguist's theorizing that lead Dufour (2000) to address otherness in his reflection about the trinity inscribed in the human condition of speaker. Subsequently, the paper introduces a development proposed by Silva (2009), further advancing the notion of otherness in native-language acquisition in utterances and in acts of listening between child-other. The article concludes that the otherness "I-you", by actualizing the reference in discourse through language, contains the otherness "I-(he-HE)", the language with the values of the culture of a given society.

Keywords: otherness; native-language acquisition; enunciation; Émile Benveniste.

Recebido em: 30/06/2025 // Aceito em: 27/11/2025

Palavras iniciais

Neste artigo, tenho como objetivo refletir sobre o papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa. O termo “alteridade”, no português, está relacionado ao termo latino *alter*, cuja acepção é a de “outro” ou “outrem”¹. O termo e a noção de “alteridade” comparecem em diferentes campos das Ciências Humanas (Filosofia, Antropologia, Psicanálise, Linguística etc.), ora como a relação “eu-outro”, ora como a relação entre “o mesmo e o diferente”.

No campo da aquisição de linguagem no Brasil, esse termo comparece na perspectiva interacionista vinculada às pesquisas de Cláudia de Lemos (UNICAMP) e de pesquisadores dessa perspectiva, conforme pontuam Lier De-Vitto e Carvalho (2024). Com efeito, De Lemos (2002), ao considerar o que Saussure nomeou como a ordem própria da língua, considera haver uma radical alteridade da língua relativamente ao humano. Desse modo, valendo-se da noção de “captura”, reconhece a anterioridade lógica da língua relativamente ao sujeito e, diante disso, argumenta que a criança é capturada pelo funcionamento linguístico-discursivo, que “não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que a significou” (De Lemos, 2002, p. 52). Essa função de captura estaria relacionada à **alteridade radical da língua** em relação ao sujeito. Lier De-Vitto e Carvalho (2024) observam que a temática da “alteridade” se apresenta na pesquisa de Lier De-Vitto em sua abordagem acerca dos monólogos, fenômeno que permite à pesquisadora tratar das relações criança-língua e escuta-fala. Nesse contexto,

¹ Conforme Faria (1962), *alter* (*altēra*, *altērūm*) apresenta as seguintes acepções: 1) um (de dois), o outro (falando de dois); 2) o segundo (em uma enumeração), o seguinte; 3) Outro (Cíc. Lae. 80); 4) Outrem (Cíc. Quinct. 51).

a alteridade é abordada a partir do reconhecimento da presença de fragmentos da fala do outro na fala da criança, o que impõe ao pesquisador considerar a “*relação da criança com a língua, através do outro*” (Lier De-Vitto; Carvalho, 2024, p. 481).

Já Silva (2009), em seu estudo sobre a instauração da criança na língua materna, explora a alteridade a partir de Dufour (2000). O filósofo trata da trindade como nossa condição de falantes, valendo-se da teorização pronominal desenvolvida por Benveniste ([1966]/1995, [1974]/1989). Para Dufour (2000), o conjunto **eu-tu/ele** apresenta duas alteridades: do **mesmo** (“eu”) com o **outro** (“tu”) e do **mesmo** (“eu”) com o **Outro** (“ele”). Segundo o filósofo, trata-se de duas alteridades que, presentes no esquema trinitário “eu-tu/ele”, constituem as “condições de discurso”. Tais condições são marcadas pelos operadores de conjunção (-) e disjunção (/), em que o primeiro operador se caracteriza pela copresença “eu-tu” e o segundo, pela ausência de “ele” (língua enquanto sistema simbólico), ausência representada no campo da presença quando o sistema é convertido em discurso na atualização da referência nas enunciações.

Embora valha-se da reflexão de Dufour (2000), Silva (2009) concebe outra dupla alteridade na instauração da criança na língua materna: a do “eu-outro” (“eu-tu”) e a do “eu-outro” (“eu-ELE”). Verifica, na primeira alteridade, movimentos de conjunção (a criança na dependência do outro da alocação) e movimentos de disjunção (a criança em separação do outro da alocação). A segunda alteridade é caracterizada como ligada ao *outro* (“ELE”) da ordem da cultura, participante constitutivo das enunciações de “eu” e “tu”. Isso porque a língua, atualizada no discurso pelos protagonistas da enunciação, carrega os valores da cultura da sociedade que a fala.

Oliveira (2016), ao estudar a relação entre língua, cultura e intersubjetividade no ato de aquisição da linguagem, vale-se das **duas relações de alteridade** – com o outro (“tu”) e com a cultura (“ELE”), seguindo a reflexão de Silva (2009). A autora argumenta que a criança (“eu”), ao se instanciar nessas duas relações de alteridade, constitui-se como sujeito na dupla natureza, individual e social, de sua língua materna, de modo que a língua consiste em uma herança cultural. Em sua tese, Oliveira (2022) defende que o dispositivo **(eu-tu/ele)-ELE**, conforme Silva (2009), constituiria não uma dupla, mas uma tripla alteridade: além da alteridade da criança (“eu”) com o outro da alocação (“tu”) e com o *outro* da cultura (“ELE”), concebe a alteridade com o **outro** da língua (“ele”).

Nas reflexões do campo da aquisição de linguagem, a abordagem sobre a alteridade também compareceu em uma mesa da Associação Brasileira de Linguística – Abralin (Aquisição, 2020), que teve como participantes as pesquisadoras Alessandra Del Ré (UNESP/CNPq), Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS) e Marianne Cavalcante (UFPB/CNPq), com mediação/coordenação de Ester Scarpa (UNICAMP/CNPq). As autoras, no resumo da mesa, pontuam o seguinte:

As pesquisas em aquisição da linguagem, ao lidarem com a relação criança-outro – mediados e constituídos pela linguagem –, inscrevem a alteridade como um dos princípios centrais para explicarem a passagem da criança de um estado X na linguagem para um estado Y. Lidar com a noção de alteridade implica considerar a relação criança e outro em uma realidade discursiva dialética, que reflete semelhanças e diferenças em suas manifestações de linguagem. É no encontro com o outro (o *alter*) que o “estranho”/diferente indicia a complexidade e a heterogeneidade inerentes à linguagem humana. (Aquisição, 2020).

Após essa pequena retrospectiva sobre o termo **alteridade** e sua presença no campo da aquisição de linguagem, passo a aprofundar como opero em Silva (2009) com a noção para abordar a aquisição de língua materna a partir das reflexões de Benveniste (1995, 1989), de Dufour (2000) e de Flores (1999), a fim de propor outra reflexão sobre a alteridade nas relações enunciativas de emissão e de escuta criança-outro.

1. O conjunto trinitário “eu-tu/ele” e a alteridade na presença humana na língua

Abordar um termo a partir da teorização produzida por um autor é verificar como tal termo comparece em sua rede conceitual e qual o estatuto desse termo na teorização proposta. Tomando a significação como princípio basilar das reflexões de Émile Benveniste sobre linguagem, língua, enunciação e discurso, torna-se importante verificar como o termo “alteridade” comparece em suas abordagens e qual seu papel no conjunto de sua Teoria da Linguagem, expressão utilizada para referir as perspectivas abertas pela Linguística Geral, tratadas por Benveniste (1995) como “Problemas de Linguística Geral”. Com efeito, para Fenoglio (2019), esse sintagma não somente está ligado à obra original de 1966, mas também é a expressão de uma profunda, amadurecida e longa reflexão realizada durante a preparação dos cursos, pelo linguista, no Collège de France.

De fato, Benveniste (1995), no prefácio dos *Problemas de Linguística Geral I*, apresenta a sua obra sob a denominação de “problemas”, justificando o uso da palavra na ideia de que, em cada tema tratado (relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto,

entre o símbolo e o objeto e análises intralinguísticas), há uma contribuição para o entendimento do grande problema da linguagem.

Nessa trajetória de entendimento do grande problema da linguagem, que coloca em cena os problemas da língua, das línguas, da enunciação e do discurso, como se apresenta o termo “alteridade” na obra do linguista? O termo recebe um estatuto teórico? Tal reflexão sobre o estatuto dos termos na obra de Benveniste, se teórico ou não teórico, é empreendida por Normand (1996) e por Ono (2007), as quais exploram o termo “enunciação” na obra do linguista.

Para Normand (1996), quando a palavra “enunciação” aparece em Benveniste com um uso comum e descritivo, consiste em um termo não teórico; quando está relacionada a um dado quadro conceitual, a palavra “enunciação” é considerada como termo teórico. Ono (2007), nas trilhas de Normand (1996), considera que a distinção entre “termo teórico” e “termo não teórico” advém do neopositivismo, que defende um termo não teórico como observável e um termo teórico como não observável. Apesar de apontar críticas a esses critérios neopositivistas, a autora os mantém, com a verificação dos empregos descritivos (não teóricos) da palavra “enunciação” e dos seus empregos teóricos, observando, ainda, a passagem de um emprego a outro. Conforme a autora, os usos descritivos de “enunciação” dizem respeito a frases pronunciadas que relevam da ordem observável; já os usos teóricos podem ser sintetizados em uma acepção teórica de enunciação como “ato”.

Nessa linha reflexiva de Normand (1996) e Ono (2007), realizei uma “vista d’olhos” sobre as obras *Problemas de Linguística Geral I e II*, com a verificação de duas ocorrências

da palavra “alteridade”. Uma ocorrência se encontra no texto “Problemas semânticos da reconstrução” (1954), capítulo 34 do livro *Problemas de Linguística Geral I* (Benveniste, [1966]/1995), presente na parte “Léxico e cultura”. Outra ocorrência se encontra no texto “Semiologia da língua” (1969), capítulo 3 do livro *Problemas de Linguística Geral II* (Benveniste, [1974]/1989), presente na parte “A comunicação”.

Destaco, a seguir, as ocorrências da palavra “alteridade” em citações, retiradas das obras de Benveniste (1995, 1989) e apresentadas em ordem cronológica dos textos:

Primeira ocorrência da palavra “alteridade”:

É preciso, em primeiro lugar, precisar a função da partícula *-pet*. Há nas línguas indo-europeias duas expressões distintas da identidade, que se podem ilustrar pelo exemplo do gótico, que possui ao mesmo tempo *sama* e *silba*: por *sama*, “same”, enuncia-se a identidade como permanência do objeto, reconhecida sob diversos aspectos ou em diversas instâncias, por *silba*, “self”, a identidade como oposta à **alteridade**: “lui-même”, ele próprio, com exclusão de qualquer outro. (Benveniste, 1995, p. 335, grifo próprio).

Segunda ocorrência da palavra “alteridade”:

cada signo será chamado a afirmar sempre e com maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos. Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura **alteridade** em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação. (Benveniste, 1989, p. 65, grifo próprio).

As duas ocorrências parecem fazer parte do que Normand (1996) e Ono (2007) concebem como emprego não teórico de uma palavra pelo autor. Nessas ocorrências, podemos perceber um sentido comum: **alteridade carrega uma ideia de “diferença”**.

Na primeira ocorrência, Benveniste (1995) está realizando análises da reconstrução semântica de palavras, buscando apresentar uma discussão sobre “os próprios princípios da significação” (Benveniste, 1995, p. 319). Para abordar os problemas postos pela reconstrução formal de palavras, o linguista faz operar a significação: “o princípio de que nos serviremos [...] é que o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (Benveniste, 1995, p. 320). E destaca: “A resposta [sobre o sentido de uma forma linguística] jamais se apresenta de antemão. Só pode ser fornecida por um conjunto atento dos contextos nos quais a forma é susceptível de aparecer” (Benveniste, 1995, p. 320). É nesse cenário reflexivo que, ao buscar a função da partícula *-pet* nas línguas indo-europeias, Benveniste observa duas expressões distintas para o sentido de “identidade”. Apresenta exemplos do gótico: *sama* e *silba* (*sama*, francês “same” – o mesmo – como enunciando “identidade”). Essa noção de “identidade” (o “mesmo”), conforme o linguista, seria oposta à de “alteridade” (o “diferente”), pois *sama*/“same” seria diferente e contrastaria com o uso *silba*/“self” – “auto”. Assim, Benveniste (1995) constata que, pelas relações entre formas, define-se uma estrutura semântica, observando que “um sentido tido como diferente de outro pode não representar senão uma de suas variantes” (Benveniste, 1995, p. 339) e enfatizando que uma forma se semantiza com a observação e a descrição dos seus empregos, únicos que permitem definir o sentido. Nesse contexto, “alteridade” opõe-se à “identidade”. Dessa forma, o mesmo (identidade) contrasta com o outro (alteridade).

Na segunda ocorrência, ao refletir sobre a relação da língua com outros sistemas, Benveniste (1989) aborda os modos de

significação do semiótico (domínio do sistema) e do semântico (domínio do discurso). Ao tratar do domínio semiótico, o autor verifica que, nesse domínio, encontra-se o modo de significação próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade. Todo estudo semiótico, observa o linguista, consistirá em “identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade” (Benveniste, 1989, p. 65). É nesse cenário que comparece a palavra “alteridade”, visto o signo, tomado nele mesmo, ser puramente idêntico, mas, tomado em relação aos outros signos, ser “pura alteridade” (Benveniste, 1989, p. 65). Percebe-se, aqui, novamente, a relação entre as noções de identidade (o mesmo) e alteridade (o diferente).

Ainda que observemos a presença da palavra “alteridade”, nas reflexões de Benveniste (1995, 1989), com usos não teóricos, conforme aceção de Normand (1996) e de Ono (2007), verificamos que o sentido atribuído pelo linguista ao termo, nesses usos, está atrelado à relação entre “mesmo” e “diferente”. Portanto, “alteridade” estaria em relação de diferença com “identidade”.

Essa relação entre “alteridade” e “identidade” não opera explicitamente no quadro conceitual dos “problemas teóricos e de análise” tratados por Benveniste (1995, 1989) em suas obras *Problemas de Linguística Geral I* e *Problemas de Linguística Geral II*, mas parece operar implicitamente, tanto que se inscreve no deslocamento² realizado por Dufour (2000) em sua reflexão

2 O termo “deslocamento”, neste artigo, é tomado na aceção de Knack (2020), como envolvendo uma “relação inventiva” que se instaura entre a obra e o leitor. Assim, no deslocamento de teorias para abordagem de distintos fenômenos, destaca-se o protagonismo do pesquisador, na medida em que é este quem se responsabiliza pela ressignificação do dizer de base do quadro conceitual do teórico de referência para constituição de um novo quadro conceitual. Nesse sentido, “o deslocamento, formulado a partir daquilo que o leitor entende, envolve não a aplicação de noções teóricas para a descrição de um fenômeno, mas sim a produção de um novo saber teórico e/ou metodológico para explicar um fenômeno.” (Knack, 2020, p. 148). Situo, desse modo, a noção de deslocamento como um ato de ressignificação dos fundamentos benvenistianos tanto por Dufour (2000) quanto por Silva (2009) a fim de explorarem determinados fenômenos de modo a produzirem um novo saber.

sobre a estrutura trinitária (“eu-tu/ele”) da língua, bem como no deslocamento realizado por Silva (2009) para abordar as relações constituídas pela criança e constitutivas em sua instauração na língua materna.

Dufour (2000), partindo da reflexão pronominal de Benveniste (1995, 1989), defende que, no conjunto dos três termos – “eu-tu/ele” –, há um conjunto de relações diádicas “eu e tu”, “eu-tu e ele”, “tu e ele”. Entre essas relações, o filósofo destaca duas: “eu e tu” e “eu-tu e ele”, observando que o “mesmo” (“eu”) forma com o “outro” (“tu”) e com o “Outro” (“ele”) duas alteridades. Considera o autor que a relação “eu-tu” forma uma alteridade transitiva e a relação “eu-tu e ele” configura uma alteridade intransitiva. O filósofo concebe que a primeira alteridade, gerada pela decomposição da forma trinitária “eu-tu/ele”, é marcada pelo operador de conjunção “-” e a segunda, pelo operador de disjunção “/”. Para Dufour (2000), essas duas alteridades do esquema trinitário representam as “condições de discurso”, pois “eu” e “tu” possibilitam toda troca e todo diálogo. No entanto, para que “eu” e “tu”, copresentes, possam se presentificar no “aqui” e no “agora” do discurso, precisam se relacionar com aquilo que está ausente nesse “aqui-agora”, o “ele”, uma ausência que passa a ser “re-presentada” no campo da presença. Essa reflexão de Dufour (2000) sobre os operadores de conjunção e de disjunção, relacionada a uma dupla alteridade, é formulada a partir do deslocamento da teorização benvenistiana acerca do sistema pronominal.

Silva (2009), ao formular o dispositivo “(eu-tu/ele)-ELE” e explicar a instauração da criança na língua materna, vale-se tanto de deslocamentos da teorização benvenistiana sobre linguagem, língua, enunciação e discurso, quanto da reflexão de Dufour (2000) sobre os operadores de conjunção/disjunção e a dupla alteridade. Parece-me, desse modo, que Dufour (2000)

realiza um “deslocamento primário”, ao passo que Silva (2009) realiza um deslocamento primário, quando desloca a teorização de Benveniste para explicar a instauração da criança na língua materna, e um “deslocamento secundário”, quando faz operar em sua reflexão termos de Dufour (2000), como “conjunção/disjunção” e “alteridade”, conceitualizados pelo filósofo a partir de Benveniste (1995, 1989).

A partir dessas constatações, cabe-me levantar a seguinte indagação: por que a teorização de Benveniste sobre os pronomes se torna tão produtiva nos deslocamentos operados por Dufour (2000) e por Silva (2009)? Retomo aspectos dessa teorização a fim de produzir uma resposta à questão na sequência deste artigo.

A riqueza da teorização pronominal de Benveniste reside no estudo da distinção “pessoa/não pessoa”, cujo embrião está no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), com desdobramentos em outros textos: “A natureza dos pronomes” (1956), “Da subjetividade na linguagem” (1958) e “As relações de tempo no verbo francês” (1959), que integram a obra *Problemas de Linguística Geral I*, mais precisamente, a parte “O homem na língua”. Essa reflexão retorna em textos como “A linguagem e a experiência humana” (1965), “Estrutura da língua e da sociedade” (1968) e “O aparelho formal da enunciação” (1970), presentes nas partes “A comunicação” e “Estruturas e análises” da obra *Problemas de Linguística Geral II*.

Para Benveniste (1995), os pronomes “eu” e “tu” apresentam uma característica que os identifica e os une: a marca de pessoa.

Essa marca, conforme o linguista, está ausente no pronome “ele”, ausência que caracteriza esse pronome como representativo da “não pessoa”. Parece-me, aqui, estar a semente que leva

Dufour (2000) a pensar, a partir de Benveniste (1995, 1989), a relação entre a identidade (o mesmo) e a alteridade (o diferente).

Com efeito, para Benveniste, os pronomes de primeira e de segunda pessoas têm como característica a **unicidade**, visto essas formas serem “*sui*-referenciais” e, desse modo, fazerem remissão a uma realidade de discurso, na qual o “eu” estabelece referência a quem se declara como locutor e a quem é implantado como “outro” (alocutário) na relação de interlocução. “Eu” e “tu”, além disso, podem se inverter de “eu para tu” e de “tu para eu”, o que marca outra característica: a **inversibilidade**. Tais características são suficientes para o linguista argumentar que “eu” e “tu”, como pessoas do discurso, não estão no mesmo plano que “ele”, não pessoa. Tal correlação que distingue as pessoas (“eu” e “tu”) da não pessoa (“ele”) é por Benveniste (1995) nomeada como **correlação de pessoalidade**. Nesse sentido, a relação “eu-tu” forma uma “unidade constitutiva”, em que “eu” e “tu” “são definidos numa relação mútua” (Benveniste, 1995, p. 286), composta pelo traço de pessoalidade constitutivo tanto de “eu” quanto de “tu”. Essa relação tem, pela temporalidade, a possibilidade de inversibilidade constante, pois “tu” pode inverter-se em “eu” e “eu” pode tornar-se “tu”. Essa característica de inversibilidade não é possível na relação dessas pessoas com “ele”. Nesse jogo de inversibilidade, “eu” e “tu” são “únicos”, instituindo-se como pessoas no discurso, e não predicando qualquer coisa fora da locução.

No entanto, considerando, ainda, que um sistema é constituído por relações de diferença, Benveniste (1995) agrega outra correlação em sua teorização sobre o sistema pronominal, a **correlação de subjetividade**, por meio da qual caracteriza o “eu” como pessoa subjetiva e o “tu” como pessoa não subjetiva. De fato, o que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar,

o fato de “eu” ser interior ao enunciado e exterior a “tu”, considerado o outro da alocação. Em segundo lugar, há outra diferença entre “eu” e “tu” nessa correlação, pois Benveniste (1995) pontua que “eu” é sempre “transcendente” em relação a “tu” por ser o responsável pela implantação do “tu” na alocação. Essas características – de **interioridade** e de **transcendência** – pertencem ao “eu”, transferindo-se para o “tu” quando este enuncia. Por isso, o “tu” é caracterizado como pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva que o “eu” representa. Novamente, tem-se, aqui, a relação de diferença, agora entre “eu” e “tu”.

Com isso, vemos que Benveniste (1995) define os pronomes em termos de **personalidade** e, principalmente, em termos de **subjetividade**. Pela primeira correlação, vemos a unicidade como marca que relaciona o “eu” e o “outro” e os identifica como o mesmo (pessoa), porém, pela segunda correlação, o “eu” e o “outro” são diferentes. Aqui, parece comparecer, de modo implícito, o sentido de “alteridade” colocado por Benveniste (1995), que relaciona o “mesmo” e o “diferente”, conforme as passagens citadas anteriormente, visto aproximar e diferenciar os pronomes “eu”, “tu” e “ele”.

Levando em conta essas duas correlações, Dufour (2000) defende haver, no conjunto trinitário “eu-tu/ele”, uma dupla alteridade: “eu-tu” e “eu-ele”. Já Silva (2009), além da alteridade “eu-tu”, considerada por Dufour (2000), defende haver uma alteridade “eu-ELE” (cultura) para tratar da instauração da criança em sua língua materna. Essa reflexão será apresentada na seção seguinte.

2. O papel da alteridade na aquisição de língua materna

A reflexão proposta por Silva (2009) para explicar a instauração da criança em sua língua materna se delineia a partir da consideração de diferentes instâncias de intersubjetividade:

A reflexão acerca do *sujeito na linguagem* proposta por Benveniste [...] permite-nos considerar a existência de três instâncias simultâneas de funcionamento da *intersubjetividade*, quais sejam: uma *relação homem/homem* imersos na cultura, na qual estamos considerando a presença de um *sujeito cultural*; uma *relação locutor/alocutário*, na qual, segundo nosso ponto de vista, aparece um *sujeito da alocação ou dialógico* e uma *relação eu-tu*, expressa pelas formas de pessoa no discurso, constituindo o que estamos chamando de *sujeito linguístico-enunciativo*. (Silva, 2009, p. 159).

No texto “Estruturalismo e linguística” (1968), Benveniste (1989) trata das relações humanas na cultura, já que considera que o homem não nasce na natureza, mas na cultura. Segundo o linguista, “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos” (Benveniste, 1989, p. 20). Concebendo que todo o mecanismo da cultura tem um caráter simbólico, o autor defende ser a ação sobre a língua “a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária” (Benveniste, 1989, p. 24). Nesse sentido, considera que a criança aprende não uma faculdade “natural” de linguagem, mas o mundo humano. A apropriação da língua está ligada ao conjunto de dados que ela traduz, visto a cultura constituir, de acordo com o linguista, um sistema que distingue o que tem e o que não tem sentido em dada sociedade. Nessa

linha, argumenta que a cultura é um sistema de valores e “esses valores são os que se imprimem na língua” (Benveniste, 1989, p. 22). Por isso, na sequência, defende que “toda criança e em todas as épocas [...] aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural” (Benveniste, 1989, p. 23-24).

A partir da argumentação de Benveniste (1995, 1989), Silva (2009) propõe que a criança está em relação de intersubjetividade com um *outro* (“ELE”), valores culturais que chegam até ela via relações enunciativas com o outro (“tu”) da alocação. Essa argumentação de Silva (2009) é também alicerçada na reflexão de Flores (1999), para quem o ato de apropriação da língua em jogo na enunciação coloca em cena um sujeito da enunciação como um terceiro. Com efeito, para o autor, o “sujeito da enunciação” não está nem no “eu” nem no “tu”, mas em “um terceiro” constituído na própria relação. A consideração desse terceiro como um sujeito da enunciação encaminha Silva (2009) a considerar, a partir de Flores (1999), que o **sujeito da aquisição da linguagem**, como o da enunciação, constitui-se a partir das relações de intersubjetividade e de alteridade. Essa relação de alteridade contempla dois “outros”: um terceiro, nomeado como *outro* (“ELE”), constituído a partir de uma instância cultural, e um outro das relações enunciativas da criança, instanciado a partir das relações “locutor/alocutário” e “eu-tu”. Parece-me, assim, que “os rudimentos da cultura” (“ELE”) são constitutivos da língua (“ele”) presente nas relações criança-outro (locutor-alocutário/eu-tu). A relação entre humanos na sociedade, primeira instância de intersubjetividade (Silva, 2009), concretiza-se na realidade de discurso, quando locutor e alocutário tornam-se, respectivamente, “eu” e “tu”.

Na continuidade de sua reflexão, considerando o construto enunciativo benvenistiano, Silva (2009) aborda duas outras instâncias de intersubjetividade, visto o **sujeito cultural** instaurar-se como tal numa relação de diálogo com o outro. Na aquisição, conforme Silva (2009), desde o primeiro momento, a mãe fala ao bebê em busca de um **sujeito da alocução**, já que, nos gestos e nos primeiros balbucios, toma a emissão da criança como produtora de sentido. Nessas relações criança-outro (geralmente, a mãe), começam a se estabelecer as diferenças de sentido e, conseqüentemente, a semantização da língua presente na instauração da criança na língua materna, com os valores da cultura da sociedade dessa língua. Com efeito, com base em Benveniste (1995, 1989), a língua é sempre mediação, seja do humano com a cultura da sociedade, seja do humano com outro humano. Nessa relação entre humanos por meio da enunciação, a criança, como sujeito da aquisição, percorre uma trajetória para encontrar a língua enquanto laço social. Considerando, a partir de Benveniste (1989), que toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, pois postula um “alocutário” e, ainda, que a condição mesma dessa mobilização é, para o “locutor”, a necessidade de referir pelo discurso e, para o “outro”, a possibilidade de co-referir, Silva (2009) defende, por meio dessa argumentação, haver uma instância de **sujeito da aquisição da linguagem da alocução ou dialógica**.

Essa condição de diálogo, para Benveniste (1995, 1989), é constitutiva de “pessoa”, pois implica inversibilidade – que “eu” me torne “tu” na alocução daquele que, por sua vez, designa-se por “eu”. Conforme o linguista, a língua fornece ao locutor a possibilidade de apresentar-se como “sujeito”, remetendo a ele mesmo como “eu” e situando outra pessoa

como “tu” no seu discurso. A língua, em sua organização, comporta mecanismos que permitem o exercício da fala e asseguram o duplo funcionamento – subjetivo e referencial – do discurso. Nessa linha, Silva (2009) passa a considerar também uma instância de **sujeito da aquisição da linguagem linguístico-enunciativa**, que, embora se marque no discurso de diferentes modos a cada ato enunciativo, registra a sua posição de sujeito em um espaço enunciativo constituído por “eu” e por “tu”, fato que configura uma **instância de intersubjetividade linguístico-enunciativa** (“eu-tu”). Nessa linha de reflexão, Silva (2009) chega à seguinte síntese:

estamos defendendo que o *sujeito da aquisição da linguagem* é, ao mesmo tempo, *cultural*, porque imerso na cultura, da *alocução* ou *dialógico*, porque constitui e é constituído na esfera do diálogo e é *linguístico-enunciativo*, porque é um sujeito produtor de referências e de sentido *pele/no* discurso. É, nessa perspectiva, que concebemos a *subjetividade* e a *intersubjetividade da Aquisição da Linguagem*. (Silva, 2009, p. 165).

Por isso, a autora considera as três instâncias de (inter) subjetividade – cultural, da alocução e linguístico-enunciativa – em uma relação de simultaneidade. Inserida nesse contexto de reflexão, em diálogo com Benveniste (1995, 1989) e com os deslocamentos de Flores (1999) e de Dufour (2000), Silva (2009) apresenta a sua proposição sobre a dupla alteridade na instauração da criança na língua materna: “eu e tu” (outro) e “eu-ELE” (*outro*). A atualização da referência no quadro figurativo da aquisição re-presenta o “ele” (língua), na linearidade do discurso, e um “ELE” (cultura), não representável linguisticamente, mas impregnado nas formas e nos sentidos presentes nas relações enunciativas “eu-tu”. Assim, se a língua comparece na primeira

alteridade (“eu-tu”) e a cultura inerente à sociedade na segunda (“eu-ELE”), é possível concluir que, por a língua estar na relação “eu-tu” e conter a sociedade (Benveniste, 1989), a segunda alteridade está constitutivamente presente na primeira alteridade. Nessa linha reflexiva de aprofundamento da noção de alteridade na aquisição de língua materna, podemos considerar que essa segunda alteridade está inscrita na relação de “eu-tu”, visto os valores culturais estarem impressos na língua e a língua estar presente nas relações “eu-tu”. Nesse caso, a alteridade do “eu” em relação a “tu” contém a alteridade do “eu” em relação a “ele-ELE”. Assim, a segunda alteridade proposta aqui contém também a terceira alteridade, concebida por Oliveira (2022)³.

Deslocando a reflexão de Silva (2009) para as minhas pesquisas atuais, nas quais tenho abordado a escuta na instauração da criança na língua materna a partir da incorporação da discussão empreendida por Roland Barthes (1976), posso considerar as reflexões desenvolvidas para abordar a **relação escuta-alteridade**.

Ao propor um tipo de escuta em uma relação dual e ao argumentar que a escuta fala, Barthes (1976) tem me possibilitado deslocar a sua reflexão para pensar esse fenômeno no quadro enunciativo. Por isso, tenho defendido que a inversibilidade enunciativa “eu-tu”, tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, também está presente na escuta. Há, nesse sentido, nas relações enunciativas, inversibilidade e, portanto, intersubjetividade de escutas. Nessa perspectiva, se Barthes diz que “a escuta fala”, tenho defendido que “a escuta é uma enunciação”.

³ Oliveira (2022) defende que o dispositivo “(eu-tu/ele)-ELE”, conforme Silva (2009), constituiria não uma dupla, mas uma tripla alteridade: além da alteridade da criança (“eu”) com o outro da alocação (“tu”) e com o *outro* da cultura (“ELE”), há a alteridade com o *outro* da língua (“ele”).

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste (1995) postula que a linguagem, no plano material, supõe um aparelho vocal para produzir-se e um aparelho auditivo para ser percebida (formas são emitidas e ouvidas). No plano imaterial, a linguagem comunica significados, com a “evocação” de acontecimentos e experiências. Em sua noção de linguagem, o linguista contempla, de um lado, o aspecto material/natural/biológico (aparelhos vocal e auditivo) e, de outro lado, o aspecto imaterial/cultural/simbólico (a significação). Também nesse texto, Benveniste (1995) argumenta que “a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade” (Benveniste, 1995, p. 26).

Destaco o fato de que, em sua reflexão sobre a função mediadora da linguagem, Benveniste (1995) inscreve um lugar para o ouvinte e um lugar para o simbólico, que comporta a imaterialidade de ordem cultural. Nesse lugar, talvez eu possa alargar a dupla alteridade abordada anteriormente, situada no plano da emissão dos discursos falados, para pensar o plano da escuta desses discursos. Assim, é possível considerar haver uma dupla alteridade: a do “eu” em relação a “tu” (atrelado à escuta) e a do “eu” em relação a “ele-ELE” (a língua com os valores da cultura de dada sociedade).

No quadro enunciativo, o ouvinte é a instância afetada por uma enunciação para realizar uma enunciação de retorno na inversibilidade enunciativa “eu-tu”. Segundo a argumentação de Silva e Oliveira (2021), esse lugar de escuta é condição para duas novas enunciações, uma durante a e outra a partir da escuta. Essa reflexão é baseada na seguinte formulação de

Benveniste: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). A partir dessa citação, Silva e Oliveira (2021) argumentam que a escuta funciona, nas relações enunciativas “eu-tu”, como uma enunciação implícita. Tal enunciação, ainda que não se explicita em palavras para o outro, marca a inversibilidade enunciativa entre as figuras que se invertem como protagonistas da enunciação.

Nessa alternância, em que a língua comparece para a atualização de referência, há sentidos “evocados” para além daqueles identificados ou reconhecidos como pertencentes ao partilhado do sistema: são os rudimentos da cultura se presentificando na relação entre emissão e escuta. Essa argumentação baseia-se na seguinte formulação de Benveniste (1989): “A linguagem [língua] tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente” (Benveniste, 1989, p. 24).

Se a inversibilidade enunciativa “eu-tu”, tão enfatizada sob o ponto de vista da realização vocal, também está presente na escuta, há intersubjetividade de escutas. Assim, a escuta também atualiza **relações de alteridade** (o “eu” na autoescuta do “eu” e o “eu” na escuta do outro – “tu” –, num complexo jogo de identidade e diferença). Ainda, no contexto da reflexão deste artigo, pensar a língua com os valores da cultura como outra alteridade (“eu” em relação a “ele-ELE”) é considerar que os sentidos evocados nas relações “eu-tu” acabam sendo “inculcados” nas crianças. Nessa linha, Silva e Flores (2015) pontuam que

a cultura está constitutivamente presente na linguagem humana. E a criança é talvez a melhor testemunha de tudo isso. Benveniste tem razão em falar na criança, quando fala de cultura e linguagem. Pois isso só é menos invisível pelo testemunho de uma criança. (Silva; Flores, 2015, p. 147-148).

Concebendo, com Benveniste (1989), que o sistema de valores culturais é constitutivo da língua, o “ELE”, enquanto sistema cultural, está constitutivamente presente nas relações criança-outro e, portanto, na instauração da criança na língua materna. Isso porque o outro da sua alocação é considerado como o lugar onde está a língua com os valores culturais da sociedade. Esse outro da relação com a criança, ao ressignificar as formas por ela produzidas no discurso, atualiza a referência da enunciação e as referências culturais, como se observa em fatos enunciativos nos estudos de aquisição, como os de Silva (2009): “o Papai Noel que dá presentes”, “a menina representando o papel de mãe perante suas bonecas, alimentando, cuidando de sua higiene e prescrevendo normas” etc.

Com efeito, ao convocar a criança a instanciar-se na enunciação e ao tomar suas formas enunciativas como produtoras de sentidos, o outro possibilita à criança se instanciar como sujeito de alocação para percorrer uma trajetória e encontrar a língua enquanto laço social. E isso já é um dado cultural, ou seja, há um “ELE” permitindo ao adulto constituir essa relação “eu-tu” para possibilitar o preenchimento do lugar enunciativo pela criança. Do lugar de enunciação preenchido às referências produzidas na língua-discurso por “eu” e por “tu”, instancia-se uma intersubjetividade centrada na condição humana de sujeito na cultura e, por isso, o “ELE”, como constitutivo da relação, é transversal à instauração da criança na língua materna. Assim, a

criança em seu discurso constitui uma relação de alteridade não apenas com o outro da alocação (“tu”), mas também com o *outro* da cultura (“ELE”), presente na língua atualizada no discurso (“ele”). Esse outro da cultura, “a todo momento, atravessa a trama da alocação e descentra esse sujeito da aquisição de suas escolhas porque sob suas formas enunciativas há outras formas e sentidos já enunciados. Isso mostra a linguagem como uma estrutura complexa e o sujeito como efeito de linguagem” (Silva, 2009, p. 273).

O percurso deste artigo permite, assim, considerar a “dupla alteridade” (“eu” em relação a “tu” e “eu” em relação a “ele-ELE”) como presente na instauração da criança na língua materna. A “primeira alteridade” presentifica-se nas relações diádicas de conjunção (“eu-tu”) e de disjunção (“eu/tu”), que ora marcam a “identidade” ou “unicidade”, característica da personalidade de “eu” e “tu”, ora marcam a “diferença” entre “eu” e “tu”, caracterizada pela marca de subjetividade de “eu”, ausente em “tu”. Nesse caso, tem-se a alteridade marcada pelas relações de identidade e de diferença entre o “eu” e o “outro”. Já a “segunda alteridade” é uma alteridade de ordem constitutiva, de natureza imaterial, pois o “ELE”, sistema cultural, é transversal às relações diádicas “eu-tu”, via língua, presente nos discursos oriundos das enunciações. Nesse caso, tem-se, na escuta, também uma segunda alteridade “eu” em relação a “ele-ELE”.

Ao estar ligada a essas duas **alteridades**, que estão constitutivamente interligadas, a criança instaura-se, concomitantemente, na língua-discurso e nos valores culturais da sociedade.

Palavras finais

Este artigo teve como objetivo abordar o papel da alteridade na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa. Para cumprir esse objetivo, realizei um estudo retrospectivo sobre a presença do termo “alteridade” no campo da aquisição da linguagem e no da teoria da linguagem de Benveniste (1995, 1989) para, em seguida, centrar-me no estudo desenvolvido por Silva (2009), que se configura também a partir do diálogo com outros autores (Dufour, 2000; Flores, 1999).

Silva (2009) opera com a noção de “dupla alteridade” (com o outro – “tu” – e com a cultura – “ELE”) a partir de Benveniste (1995, 1989) e, principalmente, dos deslocamentos de Dufour (2000) sobre a teorização do linguista acerca dos pronomes. Além disso, destaco o fato de que Silva (2009) vale-se da ideia de um “terceiro” constituído na relação “eu-tu” (Flores, 1999) para deslocar essa reflexão e considerar o sistema cultural (“ELE”), uma espécie de terceiro, como constitutivo do dispositivo trinitário “(eu-tu/ele)-ELE”. Assim, Benveniste (1995, 1989) com seus leitores (Dufour, 2000; Flores, 1999) possibilitam a Silva (2009) considerar a dupla alteridade – “eu em relação a tu” e “eu em relação a ELE” – como necessária para a instauração da criança em sua língua materna e nos valores culturais da sociedade a que essa língua se vincula. Neste estudo, incluo, na segunda alteridade, a língua (“ele”), com os valores culturais (“ELE”) nela impressos.

Como resultado dessa reflexão, concluo que, como a língua comparece na primeira alteridade (“eu-tu”) e a cultura inerente à sociedade está contida na língua (Benveniste, 1989), então a primeira alteridade (“eu-tu”) contém a segunda alteridade (“eu” em relação a “ele-ELE”).

Outra atualização da reflexão de Silva (2009) sobre a dupla alteridade, discutida neste texto, pode ser desdobrada nas reflexões sobre a escuta na instauração da criança na língua materna. Se a escuta está presente nas instâncias de intersubjetividade (“eu-outro” e “eu-língua com a cultura”), também realiza complexas relações de alteridade: o “eu” na autoescuta do “eu” e o “eu” na escuta do outro (“tu”), num jogo de identidade e diferença em que também comparece a escuta dos valores culturais da sociedade instanciados nas relações “eu-tu”. Nesse caso, a escuta também implicada na primeira alteridade (relação entre “eu” e “tu”) contém a escuta instanciada em uma segunda alteridade (relação entre “eu” e “ele-ELE”).

Portanto, é no exercício da língua que a criança poderá fundar-se na língua e, concomitantemente, na cultura dessa língua. A “dupla alteridade”, presente nas emissões e nas escutas, parece ter um papel fundante para a criança se instaurar na dupla natureza de sua constituição como falante: individual e social.

Referências

AQUISIÇÃO da linguagem e a alteridade em debate, A. Participantes: Alessandra Del Ré; Carmem Luci da Costa Silva; Marianne Cavalcante. Mediação/Coordenação: Ester Scarpa. Abralin ao vivo, 23 maio 2020. 1 vídeo (2 h e 24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XgK1asrbOac>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BARTHES, Roland. Da escuta. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976. p. 137-145.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. Trabalho original publicado em 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. Trabalho original publicado em 1966.

DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 41-69, jan./jun., 2002. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140/4862>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

DUFOUR, Dany-Robert. *Mistérios da trindade*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário escolar latino-português*. 37. ed. Ministério da Educação e Cultura — Departamento Nacional de Educação — Campanha Nacional de Material de Ensino. 1962. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FENOGLIO, Irène. La linguistique générale d'Émile Benveniste: une épistémologie méthodique et continue. In: FENOGLIO, Irène; D'OTTAVI, Giuseppe. *Émile Benveniste, 50 ans après Les Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Rued'Ulm, 2019. p. 17-51.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

KNACK, Carolina. De Benveniste às pesquisas prospectivas: a noção de deslocamento e seu valor teórico-metodológico. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 164-203. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LIER DE-VITTO, Maria Francisco; CARVALHO, Glória Maria Monteiro. O interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 462-490, set. 2024. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2226>. Acesso em: 25 jun. 2025.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, Sérgio Lopes; PARLATO, Érika Maria; RABELLO, Silvana (org.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. Série Linguagem, n. 1. p. 128-152.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Linguagem da criança: uma herança cultural. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 6, n. 13, p. 106-118, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14108>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do homo loquens ao homo loquens scriptor: por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita*. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges, France: Lambert-Lucas, 2007.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A relação entre o biológico e o cultural na aquisição da linguagem e a instauração da criança na interdependência entre forma-sentido na língua materna. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 164-203. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 133-149, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1284>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, v. 26, p. 165-190, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/116837>. Acesso em: 30 jun. 2025.